

NÃO PINTCHA

* ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSA

“Amílcar Cabral foi o grande construtor da nossa amizade”

— reconheceu o Presidente Eanes no seu último discurso na Guiné-Bissau

A visita de cinco dias do Chefe de Estado português ao nosso país, que terminou no domingo, permitiu modificar, em termos consonantes com a nova era histórica que é vontade comum construir, o rumo de relações seculares entre os nossos dois povos. Os resultados da visita ultrapassaram largamente os três acordos de cooperação assinados — consular, sobre migração e sobre comunicação social. Mais importante terá sido a troca de pontos de vista sobre a aplicação prática dos acordos já existentes, e que virá decerto permitir uma maior eficiência no trabalho dos vários departamentos interessados, e ainda os contactos bilaterais entre empresas portuguesas e entidades e empresas públicas guineenses.

No último discurso que pronunciou, no banquete oferecido em honra do presidente Luiz Cabral, o general Eanes reconheceu, como já o fizera repetidas vezes, o papel histórico determinante que o pensamento e a obra do Fundador da nossa Nacionalidade, Amílcar Cabral, teve na construção, não só das exemplares relações existentes entre os nossos dois países, como do próprio presente histórico da antiga potência colonial. «É necessário evocar Amílcar Cabral — disse — para compreender como esta Guiné, que ontem foi teatro de guerra, hoje é teatro de paz, como é possível que dois povos que até há tão pouco tempo se bateram duramente, consigam encontrar-se neste ambiente de sincera e autêntica fraternidade». Repetidamente, o Chefe de Estado português reivindicaria também para o seu país o património comum da obra desse grande universalista, que conduziu um tão pequeno país a dar uma tão grande lição ao Mundo.



China — Vietnam Perigo de internacionalização do conflito

HONG KONG, 26 — O perigo de uma internacionalização do conflito sino-vietnamita avoluma-se dia a dia, enquanto os combates entre os dois países, iniciados a 17 de Fevereiro, entram no seu décimo primeiro dia, transformando-se numa verdadeira guerra.

Ontem, a rádio Hanói indicou que o conflito com a China poderá alargar-se e pôr outros países em perigo.

«Queríamos derrotar os agressores para prevenir a tempo o perigo de uma guerra de grande escala, que ameaça a existência de todas as nações», acrescentou a rádio, que precisou que 25 divisões chinesas tomam parte na guerra.

Citando fontes estrangeiras, a rádio indicou

que a China concentrou várias centenas de aviões e sete corpos de exército suplementares perto da fronteira vietnamita, a fim de intensificar a sua intervenção. A rádio Hanói concluiu afirmando que o conflito sino-vietnamita não é um conflito fronteiriço «limitado», como afirma Pequim, mas uma verdadeira guerra que poderá ter «sérias consequências e mesmo trágicas para o resto do mundo».

Informações oficiais dizem que as tropas chinesas progrediram 80 quilómetros no interior do território vietnamita, encontrando-se ontem na proximidade da cidade de Ngan Son, 160 quilómetros ao norte de Hanói. Segundo a agência japonesa Kyodo, que se

refere a fontes chinesas bem informadas, as tropas de Pequim estão a ser reforçadas para lançarem nos próximos dias a mais importante ofensiva desde o início da invasão. O objectivo desta operação seria nomeadamente a destruição de baterias de artilharia vietnamita de longo alcance que ameaçam a fronteira chinesa.

No plano diplomático, o Conselho de Segurança da ONU vai retomar hoje as deliberações públicas sobre a situação na Indochina, depois de três dias de debates infrutíferos, em que se defrontaram duas posições: uma que estabelece ligação entre as guerras no Vietnam e no Kampu-

(Continua na página 8)

Luiz Cabral recebe mensagem do Presidente do Congo

O camarada Presidente Luiz Cabral recebeu ontem à tarde, no Palácio da República, o enviado especial do Presidente Denis Sassou-Guesso, da República Popular do Congo, Eyeni Richard, membro do Comité Central do PCT e embaixador do seu país na República Democrática Alemã.

Na altura, o enviado especial fez a entrega ao camarada Presidente de uma mensagem pessoal do Chefe de Estado congolês. Após a entrevista com o camarada Luiz Cabral, Eyeni Richard informou-nos que a mudança que houve recentemente no Congo-Braza-

ville resulta de uma análise científica do Partido Congolês do Trabalho. Foi a base que resolveu fazer a mudança, e o Comité Central reunido imediatamente decidiu nomear cinco membros, que irão preparar o Congresso extraordinário do PCT a ter lugar em 25 de Março deste ano.

Sobre o Congresso, o embaixador da República Popular do Congo na República Democrática Alemã disse-nos que, depois da morte de Marien N'Gouabi, o Partido não voltou a encontrar-se. Por isso, esta reunião será uma oportunidade de discutir todas as questões que interessam ao seu país.

Boavista regressou a Portugal

O Boavista Clube de Portugal deixou o nosso país no domingo passado, após ter cumprido o seu programa de dois jogos amigáveis com duas vitórias; primeiro sobre a selecção nacional, por 5-0, e por último, sobre «Os Balantas» de Manso, por 7-2. Esta sua deslocação à Guiné-Bissau enquadrou-se na visita oficial do Presidente da República Portuguesa, o general António Ramalho Eanes, ao nosso país. No primeiro jogo, a equipa axadrezada conquistou a «Taça Amizade», a qual lhe foi entregue pelo camarada Presidente Luiz Cabral, na presença do General Ramalho Eanes.

Carnaval: festa de alegria e responsabilidade

É Carnaval. A alegria reina em todas as ruas e artérias de Bissau. Desde domingo que as máscaras saíram à rua e desfilarão diante dos nossos olhos, «grunhindo ameaçadoramente», saltando à moda das danças de guerra. Homens mascarados de mulheres, grupo de samba brasileiro, multidão de dançarinos com os seus músicos, índios e cowboys, trajes típicos da nossa terra não têm faltado ao encontro.

Durante estes últimos três dias, a cor, a confusão, a alegria e as brincadeiras de mau e de bom gosto reinaram como senhores absolutos nas ruas da capital, principalmente na Avenida Amílcar Cabral onde se permitiu que este ano circulassem os mascarados. Entretanto, esse reinado dos mascarados foi disputado por alguns automobilistas que decidiram passear e fazer grandes rallies pela avenida Amílcar Cabral, onde desfiliavam foliões.

Mas também tem havido violência por parte de muitos mascarados, como por exemplo o espancamento de algumas raparigas por antigos pretendentes escorraçados. Nestes casos o carnaval acaba em frustrações. Mas não vamos estragar o carnaval com violência gratuita. O Carnaval é uma festa de alegria e terá que acabar como começou: boa disposição, brincadeira, alegria e muita animação.

Também não podemos esquecer, ou aliás, é este o objectivo da minha carta dirigida ao jornal, que esta festa de alegria é também uma festa de responsabilidade. Não podemos fazer tudo aquilo que queremos só porque é carnaval. Sabemos que todos os anos há acidentes, há pessoas feridas fazendo com que haja permanentemente brigadas de trânsito a funcionar. Por isso apelo aqui aos mascarados e toda a população de Bissau que queira brincar o carnaval, que o faça com consciência para que possamos lembrar-nos sempre sorridentes do carnaval de 1979.

O nosso Partido não é contra a brincadeira. Por isso não é contra o Carnaval. Brincar, mas saber brincar. Ter a consciência do que é a brincadeira.

Também quero aproveitar esta ocasião para felicitar todos os camaradas da Juventude Africana Amílcar Cabral que estão a dar tudo por tudo para proporcionar aos nossos jovens, velhos e crianças um carnaval diferente, em que a festa é maior e conseqüentemente a responsabilidade e a consciência da brincadeira também ainda maiores.

Então, vamos fazer do último dia do carnaval um dia diferente para todos nós. Vamos sair à rua. Vamos divertir-nos porque é de graça.

SONA MAWA

Condolências de Luiz Cabral às famílias dos Bombeiros falecidos

O camarada Presidente Luiz Cabral, acompanhado pelo Comissário Principal, camarada João Bernardo Vieira (Nino) dirigiu-se na tarde de domingo à corporação dos Bombeiros Humanitários de Bissau, a fim de apresentar, em nome do nosso Partido e Estado, as condolências pela morte dos três soldados da paz, ocorrida na estrada Mansabá-Bafatá.

No momento em que o camarada Presidente chegava à sede de BHB, encontravam-se reunidas as famílias enlutadas e um grupo de bombeiros que o saudaram calorosamente.

Ao dirigir-se aos presentes, Luiz Cabral come-

çou por afirmar: «Foi com bastante dôr que tivemos conhecimento da notícia do acidente que custou a vida a três camaradas. Custa-nos muito por várias razões. Primeiro, porque na nossa terra, em qualquer ramo da nossa vida, não somos muitos e, quando perdemos logo três camaradas, isso prejudica-nos muito no esforço que estamos empenhados para reconstruir a nossa terra. Custa-nos também porque, neste trabalho que estamos a fazer para reconstruir o nosso país, de segurança para as nossas populações, há certas pessoas que pela sua dedicação ao trabalho en-

corajam-nos, — nós dirigentes do Partido.

Seguidamente, o Presidente do Conselho de Estado falou da vida incansável que tem sido a dos bombeiros, prontos a responder a todo o momento, de dia ou de noite, aos chamamentos das nossas populações. Quando falava especialmente às famílias enlutadas, salientou: «Queremos demonstrar aqui os nossos sentimentos mais profundos de tristeza, toda a nossa dor e pedir que trabalhem com coragem para enfrentar este problema, para que não deixem que nenhuma ideia de desânimo ou desencorajamento entre nas suas cabeças».

Vai ser criada a Escola de Administração Pública

Vai ser criada em Bissau uma escola Nacional de Administração Pública, informou-nos no sábado passado o camarada Francisco Barreto, director da Administração Interna depois de ter contactado em Tânger com a Cafra, (Centro Africano de Formação e Pesquisa Administrativa para o Desenvolvimento.)

Em Tânger, o camarada Francisco Barreto estudou com este organismo as necessidades e viabilidade de estruturação da referida escola, e, ficou decidido que, com a colaboração de uma instituição jugoslava, terá lugar ainda este ano em Bissau, um seminário sobre administração pública. No entanto, a possibilidade de financiamento de alguns organismos internacionais encontra-se ainda em fase de estudo.

Antes de regressar a Bissau, o camarada Francisco Barreto teve contactos em Lisboa relativos ao recenseamento geral da população que começa no próximo dia 16 de Abril. Analisou com três empresas portuguesas o tratamento dos dados de recenseamento a nível de informática. Saliente-se que o projecto de recenseamento foi financiado uma parte pelo nosso Governo e outra parte pelo FNUAP (Fundo das Nações Unidas de Apoio às Populações).

Contactos PAIGC-PCC

«É sempre positivo qualquer tipo de contacto com os cubanos, nossos companheiros de luta» — frisou no sábado passado o camarada Otto Schacht, Secretário do Conselho Nacional da Guiné do P.A. I.G.C., de regresso da República Socialista de Cuba onde foi acompanhado pelo seu homólogo cabo-verdiano, camarada Olívio Pires.

Esta visita, de carácter partidário tinha como objectivo contactar a direcção do Partido Comunista Cubano no sentido de desenvolver cada vez mais as relações que existem entre o PAIGC e o PCC. «É sempre importante contactar um país como Cuba, salientou-nos o camarada Otto Schacht, devido aos laços que sempre nos ligaram. Nesta nossa deslocação conseguimos aprender o seu modo de trabalho e co-

nhecer melhor a realidade do país amigo.

Durante a sua permanência em Cuba, a delegação do PAIGC foi recebida pelo comandante Peralta e por vários altos

funcionários do Comité Central. Ainda teve uma reunião com os nossos estudantes naquele país, a fim de os informar sobre as tarefas da reconstrução nacional na Guiné e em Cabo-Verde.

Construção do novo liceu de Bissau

Com o objectivo de assistir à abertura das propostas para a construção do novo liceu de Bissau que ficará instalado próximo do bairro de Ajuda, esteve durante uma semana em Lisboa uma delegação chefiada pelo camarada Nobre Leite, director-geral das Construções, da qual também fazia parte o camarada Manuel Barcelos, reitor do Liceu Nacional Kwame N'Krumah.

Seis firmas portuguesas concorreram para construir o novo liceu e, a nossa delegação teve a oportunidade de analisar as propostas a fim de serem apresentadas ao nosso Governo. A ideia de ir a Portugal, segundo nos informou o camarada Nobre Leite, foi o de incentivar e apressar as firmas para que a construção seja iniciada antes das primeiras chuvas deste ano.

Responde o povo

O trabalho — motor do progresso

Em toda a parte do mundo e em todas as épocas de existência humana, o trabalho foi a actividade primordial do homem, motor da sociedade e da relação entre os seres humanos da mesma comunidade. Ele representa para nós o principal agente da nossa formação física e moral e ainda a única força para a nossa economia, a nossa arma para uma vitória total na luta de reconstrução nacional. O trabalho foi o tema do nosso «Responde o Povo» de hoje. Respondem dois trabalhadores.

Braima, 27 anos, trabalhador da Farmedi — No nosso departamento existe uma excelente colaboração entre nós e a Direcção, de modo que o serviço decorre normalmente e dentro de um clima de compreensão. Os traba-

lhadores da Farmedi dão o máximo das suas possibilidades para que o avanço do país seja uma realidade e para uma melhor participação nossa, com o objectivo do aumento da produção. Temos contactos com as

diversas organizações de massa. Na direcção dos comités dos diversos organismos encontram-se colegas nossos, que evidenciam os maiores esforços nesse sentido. Na minha opinião a criação de organizações de massa nos locais de trabalho é indispensável para a orientação dos trabalhadores.

Outra questão que queria focar é a da conhecida «cunha», que condeno, porque não tem lugar na formação do homem novo que desejamos. Cá, não a temos, e os produtos são vendidos a todos os clien-

tes que aparecem na hora do trabalho. Por vezes, os medicamentos não possuem selos e não se podem vender, mas vendemo-los se fôr um caso grave, e, depois de adquirirmos os selos, chamamos os referidos doentes a fim de que a sua situação seja legalizada.

Armada da Silva, 26 anos, Casa Escada — No nosso local de trabalho não temos grandes dificuldades, a que tínhamos era devido à falta de mercadorias, mas a partir de Dezembro o abastecimen-

to foi normalizado e espero que continue assim, porque uma das forças de um país é o comércio. No âmbito da UNTG, estamos integrados num Comité, contendo três casas comerciais. Este comité tem uma grande vantagem, porque se por acaso tivermos algum problema com o patrão, é a UNTG que nos ajudará a resolvê-lo da melhor maneira, e para isso nós, os trabalhadores, devemos dar o máximo dos nossos esforços para apoiá-la e ajudar a ampliar a nossa organização para um melhor enri-

quecimento do nosso trabalho e, conseqüentemente, do país. Um dos problemas que caracteriza o nosso comércio é a famigerada «cunha». Mas como não recebemos artigos de primeira necessidade, não temos esse problema. Para o aumento da nossa capacidade, vamos criar uma escola com a finalidade de ajudar os nossos colegas que não tiveram a oportunidade de frequentá-la. Com isso pensamos que eles darão uma contribuição mais eficaz no processo da Reconstrução Nacional.

Mahtar M'Bow visita Cabo Verde



PRAIA, 23 — Uma delegação da UNESCO visita a cidade da Praia com a finalidade de preparar a visita que Mahtar M'Bow, Director Geral deste organismo internacional, fará no próximo mês de Março a Cabo Verde.

A delegação chefiada por Emil Ijadu, Director do Departamento para a África da UNESCO, teve

na passada sexta-feira conversações com o Ministro caboverdiano da Educação, camarada Carlos Reis. A conversação incidiu sobre os projectos de cooperação entre o país irmão e a UNESCO.

Na Praia de Gamboa

Onde os pescadores arriscam a vida buscando sorte na pesca

Voz di povo/Nô Pintcha

Delegação do FMI visita o país

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) encontra-se na cidade da Praia, com o objectivo de recolher os dados necessários à análise da evolução da situação económica e financeira de Cabo Verde. A delegação, que é conduzida pelo senhor Jimenez, do Departamento África do FMI, permanecerá no país até 1 de Março próximo e terá contactos com as autoridades encarregadas da economia e das finanças.

Cooperação com Portugal

A fim de discutir com as autoridades governamentais caboverdianas hipóteses de assistência técnica no serviço de implementação da F.I.R. (Flight Information Region — Zona de Informação Aérea) Oceânica do Sal e o alargamento da cooperação Portugal — Cabo Verde no domínio da prestação de serviços e de formação de quadros, esteve durante alguns dias no país irmão, uma missão da Direcção Geral da Aeronáutica Civil Portuguesa, chefiada pelo Sub-Director, coronel Morgado.

Assistência técnica no domínio de serviço e sala de controle, manutenção, rádio, comunicações, informações de voo e assistência aeronáutica deverá ser prestada a Cabo Verde pela Empresa Pública portuguesa de Aeroportos e Navegação Aérea (ANA-EP) — informou ao Voz di Povo uma fonte oficial do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Também por parte da ANA-EP será desenvolvida a cooperação com Cabo Verde no envio de técnicos para a elaboração de estudos de peritagem e estudos económicos, relacionados com a Aviação Civil, na abertura de estágios de pilotagem e de rádio por parte de técnicos caboverdianos e na elaboração de manuais.

Ficou ainda estabelecida a hipótese de cooperação no domínio de operações de busca e salvamento.

A muitas milhas de distância da terra, durante dias inteiros ou noites a fio, os pescadores vivem a aventura do mar em botes a remos, por vezes nalgum barco maior e com motor — as condições mais vulgares para a pesca artesanal em Cabo Verde.

Espalhados por todos os cantos da praia de Gamboa, encontram-se pescadores deitados na areia, fazendo velas, olhando o mar lá longe. É aí que está toda a sua vida, todo o seu presente, e quando grupos de homens se metem dentro dos barcos, grandes ou pequenos, sabem que daí depende o seu pão, a sobrevivência dos seus filhos.

Na praia de Gamboa, falaram com António, que, com 13 anos, partiu pela primeira vez para a pesca no bote do pai para aprender o ofício. O seu avô também era pescador, o tio, quase todos os homens da sua família. A princípio ainda se entusiasmava com aquela vida, sair de madrugada, voltar só no outro dia carregado de peixe... coisa de gente nova... e não só porque muitos dos seus companheiros não queriam outra coisa, apesar de ser bastante duro. Mas ele agora preferia descansar, ter uma terrinha, ver o milho a crescer...

«Vida de pescador é vida cansada! Às vezes passamos mais de 10 horas no mar. Quando regressamos e trazemos chicharros ou atum, tudo vai bem. Se não, é uma tristeza, porque não dá dinheiro para comida, não».

Na Praia de Gamboa, os pescadores largam nos barcos, arriscando a vida, buscando sorte para a pesca, de forma a poder trazer o maior número possível de peixe para terra. É assim que vivem, que lutam para a sua própria sobrevivência: Fazem-se ao mar às 3 às 5, às 6 da manhã... bonés na cabeça, casacos mais quentes para se protegerem contra o frio da madrugada. Dormem às horas que calharem, comem um pedaço de pão com banana, algumas bolachas entre o trabalho. Por vezes, o mar está mais bravo e vira o bote dos pescadores, alguns morrem... mas é assim a sua vida e com isso têm também que contar.

Um dos pescadores mais velhos tem 97 anos e só há dias deixou de embarcar. Com a idade, o reumatismo apañou-lhe o corpo todo. Durante anos e anos as ondas invadindo o bote, molhavam tantas vezes os seus tripulantes de alto a baixo que assim ficavam todo o tempo que a pesca durasse. Mas o velho pescador conservou sempre a sua energia... Agora a idade já fazia os seus efeitos e ele não podia partir e pescar horas a fio. Quando os seus companheiros mais novos e cheios de força voltam da faina, ele fica encostado a um muro frente ao mar vendo o peixe amontoado nos barcos e sentindo o cheiro a maresia que eles espalham

ainda mais pela pequena praia de Gamboa.

A SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS PESCADORES

Muitos dos pescadores estão dependentes da Empresa de Conservas Ultra (Empresa com aval do Estado, ligado directamente à Direcção Geral de Pescas e ao Ministério da Economia) assinam um contrato que lhes assegura um ordenado de cerca de dois mil e quinhentos escudos atendendo aos descontos. Na Praia, há ainda um sistema em que o pescador tem direito a uma «marmitta», que é um depósito em que se coloca o excedente de atum existente e que a mulher do pescador vende depois. Têm desta forma um salário fixo, que lhes oferece uma certa garantia, independentemente do bom sucesso ou não da pescaria. Acontece no entanto que a época da pesca que decorre normalmente entre os meses de Abril e Novembro, terminou e como tem sido norma até à altura, aos pescadores foi comunicado pela gerência que teriam de suspender as suas actividades. Actualmente, os 4 barcos em movimento encontram-se em reparação e não há hipótese de saírem para a pesca. Mas o facto implica necessariamente que os pescadores não trabalhem durante essa altura. O gerente da fábrica informou-nos que se prolongou a pesca este ano a título experimental mas não se obtiveram resultados positivos devido à escassa quantidade de peixe. Entretanto, segundo o ponto de vista dos trabalhadores do mar com quem falámos, eles pensam que seria justo haver estruturas para que se pudesse substituir a sua actividade de forma a poderem continuar a ganhar o seu salário noutro tipo de trabalho produtivo, durante essa época.

Encontra-se em formação na Fábrica, entretanto, uma Comissão Sindical com a representação de dois delegados que têm desenvolvido tarefas e sessões de esclarecimentos no seu lugar de trabalho, assim como os têm alertado sobre os seus direitos.

Para além dos 4 barcos pertencentes à Fábrica Ultra, existem ainda inumeros botes de particulares que vão ganhando o dia-a-dia. Na zona da Praia de Gamboa, muitos partem assim, sem hora de voltar arranjando peixe que depois possam vender e que lhes sirva para as suas refeições. Normalmente, nessas condições, o ganho é repartido por todos igualmente e com o dono do barco que fornece o material.

Na Fábrica Ultra não há lugar para toda a gente e agora, fora da época da pesca, cada vez mais indivíduos recorrem a essa solução: os botes de particulares à procura de badejo, da bicuda, do chicharro, que o atum, o rendoso atum, está raro.

A COMERCIALIZAÇÃO DO PEIXE

Somente a comercialização dum parte ínfima do produto pescado se faz através da Fábrica, que o compra directamente e depois de o preparar e introduzir em latas de conserva, o cede à SCAPA que faz a comercialização para o público.

Seguindo esse esquema o peixe fresco é vendido consoante o estabelecido na tabela apresentada pelo Secretariado Administrativo da cidade da Praia. Não haveria lugar, portanto, para especulações e açambarcamentos, processando-se a venda directa ao público excluindo os intermediários e dentro dum sistema organizado. Mas a maior parte do peixe é vendido através das rabidantes (que muitas vezes são as mulheres dos pescadores) e que depois de o comprarem ao pescador o vendem ao público fora do tabelamento e pelo preço que muito bem entendem, prejudicando o consumidor.

A existência de Associações que assegurem a comercialização do produto respondendo aos interesses dos pescadores e simultaneamente do público, torna-se necessária para servir os interesses de todos.

Em Cabo Verde, a pesca é ainda assim como a agricultura, uma actividade de subsistência apesar de todos os programas de industrialização. Podemos afirmar que existem cerca de 860 barcos que se dedicam à pesca e existem frotas para 2.560 pescadores tradicionais dos quais 578 trabalham em unidades mais modernas. Por outro lado, existem cerca de 1.500 pescadores «ocasionais» que participam irregularmente na captura de peixe para consumo imediato das suas famílias. Isto sucede normalmente nas aglomerações costeiras.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

VII. O OITAVO ANO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (*)

4. SOBRE A AGRESSÃO IMPERIALO-PORTUGUESA CONTRA A REPÚBLICA DA GUINÉ

Revelaram de maneira categórica, à África e ao mundo, a natureza tresloucada e criminosa do colonialismo português, com autorização prévia do Governo de Marcelo Caetano e, seguramente, com o consentimento dos aliados de Portugal colonialista, o governador militar de Bissau e comandante das tropas coloniais de ocupação dos centros urbanos e de alguns quartéis principalmente do comodoro Luciano Bastos da Costa e Silva, comandante da Marinha, os planos da agressão contra a República da Guiné. Estes planos foram submetidos pelo próprio governador militar à aprovação do Chefe do Governo colonial português, a quem foi dada garantia do sucesso da empresa e que, duas semanas antes da operação, recebera, em audiência especial, o comodoro Luciano Bastos e o capitão Guilherme Almor Alpoim Galvão, que foi designado para comandar a agressão contra Conakry.

Como os colonialistas não tinham confiança bastante na eficácia dos renegados originários da República da Guiné, à maior parte destes (cerca de duas centenas) foi reservada a missão de atacar Kundera. Só uma minoria (algumas dezenas), destinada principalmente a servir de guia, foi utilizada no desembarque em Conakry.

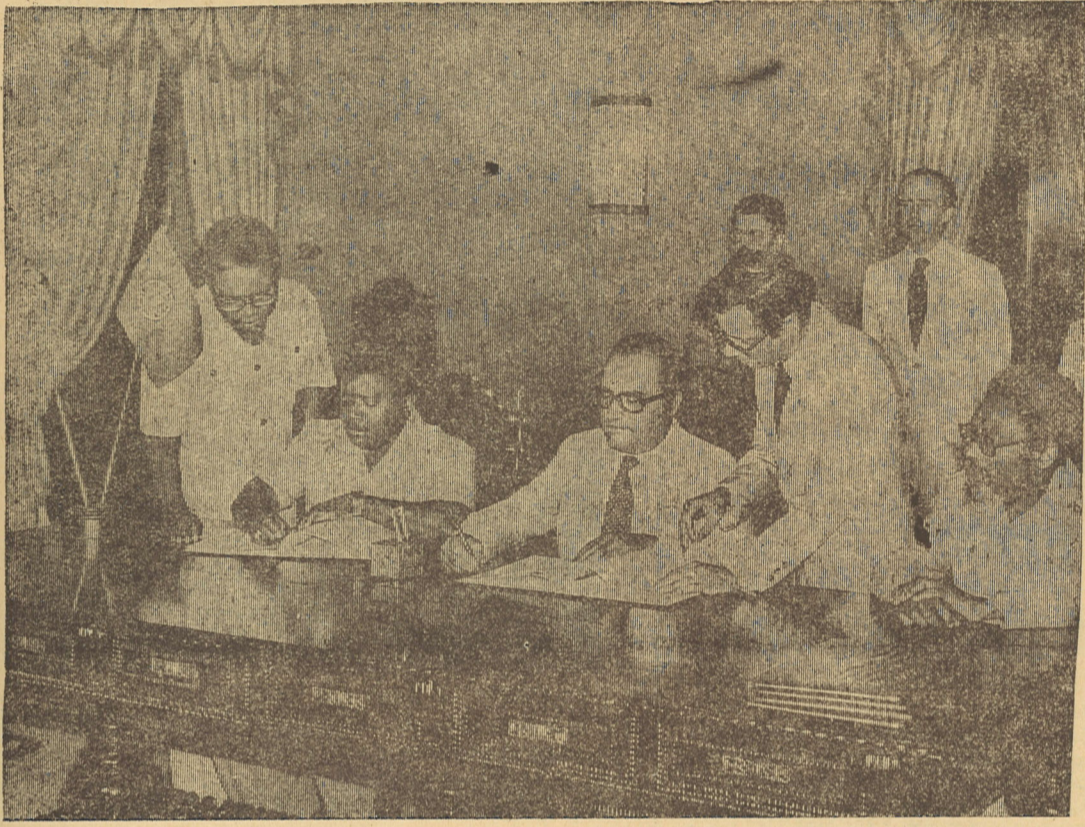
Nesta acção, os colonialistas portugueses empregaram o seguinte pessoal e material de transporte:

— Dois destacamentos de fuzileiros especiais, os números 21 e 22, sendo o primeiro comandado pelo 1.º tenente Raul Eugénio Castro e Silva, do Quadro do Serviço Especial, secundado pelo 2.º tenente Eduardo Madureira Veiga Rico; e o segundo comando pelo 2.º tenente fuzileiro Alberto Roberdão de Brito, secundado pelo 2.º tenente Benjamim Lopes Abreu ambos da Reserva Naval;

— O grupo especial de escolta do capitão Galvão, integrado por elementos de elite dos destacamentos de fuzileiros navais portugueses;

— Uma das chamadas «companhias de comandos africanos», integrada por elementos socialmente desclassificados e traidores ao nosso povo, enquadrados por alguns dos mais fiéis servidores dos colonialistas portugueses entre os quais o «tenente» João Januário Lopes que foi capturado pela milícia guineense;

(*) Relatório sobre a situação da luta Janeiro de 1971.



Assinados três novos acordos e alargado o alcance dos já existentes

Na véspera do regresso do Presidente português, os camaradas Victor Saúde Maria e Mário de Andrade, respectivamente Comissários dos Negócios Estrangeiros e da Informação e Cultura (pelo nosso Governo) e dr. Freitas Cruz, Ministro dos Negócios Estrangeiros (pelo Governo português), assinaram três importantes acordos relativos à cooperação consular, cooperação técnica e de intercâmbio no domínio da Comunicação Social e sobre a migração entre a Guiné-Bissau e Portugal.

O texto desses acordos já tinha sido minuciosamente preparado nos primeiros dias de Fevereiro, durante as conversações, em Bubaque, da Comissão Mista Luso-Guineense, nas quais também foram analisadas as dificuldades surgidas na aplicação dos acordos já existentes entre os dois países.

No acordo de cooperação consular, os dois países comprometem-se a assegurar, na medida do possível, a protecção consular dos interesses de cidadãos nacionais de ambas as partes, onde só exista um posto consular guineense ou português. Os postos consulares de cada uma das partes prestarão também colaboração entre si.

No domínio da Comunicação Social, ficou acordado reforçar a cooperação já existente e assegurar a assistência técnica, formação profissional, intercâmbio e circulação de jornalistas e circulação de informação (que compreende a troca de notícias, programas radiofónicos, filmes, reportagens, publicações, música gravada e material audio-visual). As formas de aplicação deste acordo serão posteriormente reguladas pelos dirigentes dos dois departamentos estatais.

Quanto ao acordo geral sobre a migração entre a Guiné-Bissau e Portugal, as duas partes contratantes salientam a necessidade de regular as relações emergentes do exercício de actividades profissionais num país por nacionais do outro, e comprometem-se a garantir a livre permanência

dos nacionais da outra parte no país de acolhimento, sem prejuízo do estabelecido no acordo especial relativo ao Estatuto de Pessoas e Regime de seus Bens, celebrado entre os dois países em 26 de Junho de 1976.

Não chegou a ser concluído nenhum acordo de cooperação técnico-militar, como há meses fora especulado em alguns jornais portugueses. Foi sim, subscrito um protocolo adicional ao acordo técnico-cultural, que define o estatuto de cooperante militar português na Guiné-Bissau, e que tornará possível desenvolver a sua assistência, particularmente no plano do levantamento hidrográfico dos nossos rios.

Uma questão de maior importância para o nosso país — a da demarcação das fronteiras marítimas com a Guiné — Conacry e o Senegal — foi também tema das conversações entre os dois Presidentes. Dado que a OUA preconiza a manutenção das fronteiras definidas na época

colonial é da maior importância concluir da existência ou inexistência legal de um tratado de delimitação de fronteiras firmado entre Salazar e o governo francês, que seria altamente negativo para o nosso país. Sabe-se que esse tratado ou acordo não foi promulgado em Portugal segundo as normas legais então vigentes. Sobre este problema, o general Ramalho Eanes declarou, em conferência de imprensa, que o seu país está disposto a conceder à Guiné-Bissau toda a assistência jurídica que lhe for solicitada.

De salientar finalmente — pelo que pode reflectir da importância crescente que Portugal está a atribuir à cooperação — que o Gabinete Coordenador para a Cooperação, dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, será extinto para dar lugar a uma Direcção-Geral, organismo que contará com muito maior capacidade de actuação.

Juristas de expressão portuguesa reuniram-se em Angola

LUANDA, 24 — O primeiro encontro dos cinco ministros da Justiça dos países africanos de expressão portuguesa, organizado em Luanda, terminou no sábado depois de uma semana de trabalho.

A sessão de encerramento desenrolou-se na presença do presidente de Angola, Agostinho Neto. O objectivo deste encontro entre os ministros de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, é de definir a nova ordem jurídica nos Estados de democracia popular.

A sessão inaugural foi presidida pelo camarada Henrique Santos, (Onambwé) secretário do Comité Central do MPLA, para todos os assuntos jurídicos. — (F.P.).

No limiar duma nova

— excertos do discurso de Eanes

«Foi Vossa Excelência, Presidente Luiz Cabral, que numa altura em que os cuidadosos da política entendiam que era prematura a aproximação entre os nossos dois povos, entenderam que, havendo humanismo na base das relações entre eles, essa aproximação era necessária e urgente. E é Vossa Excelência que visita Portugal numa altura em que essa visita era difícil, numa altura em que subsistem preconceitos contra a descolonização. V. Exa. corre esse risco porque acredita que a verdade dos homens e a verdade da história é mais autêntica e muito mais capaz do que os preconceitos do momento e os fantasmas dos homens. A sua visita a Portugal não foi só um acto de ousadia, mas um acto indiscutível de lucidez política, um acto de responsabilidade histórica. Demonstrou ao povo português, marcado naturalmente por preconceitos, que afinal as nossas relações com as ex-colónias, relações diferentes, baseadas na inde-

pendência, na dignidade e na igualdade, eram bastante mais concordantes com a sua história». Esta passagem do discurso pronunciado por Ramalho Eanes no jantar que ofereceu em honra do nosso Chefe de Estado, no penúltimo dia da sua visita ao nosso país, reflecte uma constante das suas declarações nos mais diversos momentos, e destaca justamente o papel reconhecido ao camarada Luiz Cabral na concretização das relações de cooperação exemplar entre os dois povos que até há bem pouco tempo, se bateram tão duramente.

Evocando repetidamente o pensamento e a obra do Fundador da nossa Nacionalidade como determinantes na história dos dois países, da África, e de um novo estilo de relações entre os povos, Eanes sublinhou que foi Amílcar Cabral quem fez entender que a sua luta não era travada contra o povo português. Hoje — disse — eu, que fiz a guer-

ra na Guiné, estou em condições de perceber Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Nino Vieira... Referindo-se ainda à visita histórica da visita de Cabral a Portugal, Eanes disse: «Por esse acto de ousadia e lucidez, pela função histórica dessa responsabilidade Amílcar lhe transmitiu, desculpe que o faça, agradeço-lhe em nome da África, nome da Europa, e, só de em nome de Portugal, também é ousadia minha sei — em nome dos Estados africanos e, em especial, nome do povo guineense»

«AGRADEÇO-LHE O SEU AFRICANO...»

Foi ainda neste tom científico que Ramalho Eanes prosseguiu:

«Presidente Luiz Cabral, amigo Luiz Cabral, espero na sua próxima visita a Portugal tenha a possibilidade de um maior contacto com os

Não combatemos por ódio

— Luiz Cabral na resposta a Eanes

«Temos presente a realidade de uma guerra que se travou nesta terra durante longos anos. Mas hoje estamos a colher o fruto que, como o senhor Presidente bem precisou, Amílcar Cabral conseguiu criar, ao conduzir essa guerra no sentido do amor pela liberdade, do amor pela independência e pelo progresso da nossa terra, nunca permitindo que o ódio fosse o sentimento que dominasse a vida do combatente da liberdade» — afirmou o camarada Luiz Cabral, em resposta ao discurso pronunciado por Ramalho Eanes no jantar oferecido em honra do Presidente guineense, no passado sábado, nos jardins da Embaixada de Portugal.

Prosseguindo, o camarada Presidente evocaria as mais belas imagens da luta de libertação da África, vividas aqui na Guiné-Bissau depois do cessar fogo... na confraternização entre os combatentes da liberdade e os elementos do exército português, tendo sido possível parar a guerra em 24 horas em todo o território nacional.

«O amor pelo próximo, a fraternidade entre todos os homens e a lucidez necessária para não confundirmos o colonialismo com o povo português, fez com que os nossos combatentes, depois do 25 de Abril, fossem em Bissau a garantia da segurança dos cidadãos portugueses que aqui estavam».

Reportando-se a uma afirmação de Eanes no discurso precedente, Luiz Cabral respondeu: «Vossa Excelência falou da ousadia que constituiu a minha visita a Portugal, mas permita-me que lhe diga que considero uma ousadia muito maior a de convidar o Presidente da Guiné-Bissau a visitar Portugal, num momento em que a descolonização não era total-

mente aceite em todos os meios portugueses».

Depois de salientar o carácter exemplar da cooperação entre os nossos dois países, o nosso Chefe de Estado manifestou a convicção de que esse possa «constituir um exemplo para a procura de soluções justas nas relações justas entre a Europa e a África (...) uma contribuição para o diálogo Norte-Sul, e para a procura de uma maior justiça nas relações entre os povos desenvolvidos e os povos em vias de desenvolvimento. Nós acreditamos na complementaridade dos interesses da Europa e da África».

UM ESPÍRITO EXEMPLAR DE COOPERAÇÃO

Querendo prestar homenagem, na figura de um cooperante exemplar recentemente falecido num acidente de viação no nosso país, ao espírito de toda a cooperação portuguesa, o camarada Presidente referiu-se ao caso de José Marquês, que veio para a Guiné para trabalhar conosco na instalação do centro de cerâmica artesanal.

«Esse companheiro, que tinha em Portugal a sua vida muito bem estabelecida, ofereceu-se, pela simpatia que adquiriu pela nossa terra, pelo nosso esforço de reconstrução, para vir à Guiné ajudar-nos, e dedicou-se ao trabalho com todo o amor, com todo o carinho, como se fosse um guineense. Depois deste desastre brutal que provocou a sua morte, a sua esposa, que teve de viajar a Portugal para acompanhar o filho, também ferido no desastre, tomou a decisão de voltar à Guiné-Bissau para acabar o trabalho que o marido havia começado. Tivemos hoje, eu, o sr. presi-



era

guese, não os portugueses que se reúnem numa grande cidade que é Lisboa, em que tudo se mistura e confunde, ainda que com uma certa originalidade e autenticidade, mas com o povo do interior, para poder constatar a autenticidade e carinho que certamente lhe vai dispensar. Constatamos quanto o povo português agradece o ser africano, mas um africano aberto, que sabe que a África não se pode solar (...)

A finalizar, o presidente português pediu que o acompanhassem num brinde por Amílcar Cabral e por um dos seus maiores continuadores, Luiz Cabral, e pelas felicidades do povo da Guiné independente, pela amizade e amor entre os povos de Portugal e da Guiné», fazendo votos para que a Europa e a África perdessem este novo grito, o grito da nova era em que o homem será mais homem, sobretudo mais irmão do outro homem».

por amor

qual nós estamos dispostos a dar todo o esforço».

E o presidente Luiz Cabral terminou seu improvisado brindando à «amizade sincera e à solidariedade entre o Povo português e o Povo da Guiné-Bissau, ao progresso contínuo de Portugal novo, democrático e anti-colonialista, e à felicidade do Povo português e do seu presidente e nosso amigo, General António Ramalho Eanes».

A margem do protocolo contactos bilaterais entre empresas

Em igualdade de condições de oferta com outros países, a Guiné-Bissau dará preferência à aquisição de combustíveis refinados em Portugal — revelaram fontes autorizadas da comitiva portuguesa, citando as conversações havidas entre representantes da Dicol e da Petrolgal, durante a estadia entre nós do presidente Eanes.

Este acordo, cujo modelo deverá ter-se repetido noutros sectores económicos, é significativa de importância e de alcance do entendimento obtido entre as duas partes durante as conversações iniciadas com a reunião da Comissão Mista e finalizadas agora, durante os cinco dias da visita presidencial.

Os contactos bilaterais entre empresas portuguesas e entidades e empresas públicas guineenses não se revestiram, exteriormente, de grande aparato protocolar, mas foram, talvez, aqueles que podem produzir resultados concretos da maior importância e a mais curto prazo. Além dos contactos Dicol-Petrolgal, nos quais foi ainda decidido incrementar a assistência técnica à nossa empresa distribuidora de combustíveis, verificaram-se encontros entre membros da administração da SETENAVE e responsáveis dos nossos estaleiros navais. Foi acordado o envio de técnicos portugueses para orientarem a reparação de numerosos barcos, principalmente de pesca, que se encontram imobilizados há longo tempo, com grande prejuízo para a nossa pequena frota. Passos importantes foram também dados no sentido de definir as bases da futura empresa mista luso-guineense que relançará os nossos estaleiros navais.

A prospecção de hidro-carbonetos no Norte do nosso país foi também discutida com responsáveis da Petrolgal, prevendo-se para breve o início dos trabalhos que, se chegarem a bom termo, poderão abrir perspectivas inteiramente novas à nossa economia.



Uma imagem que se repetiu por todo o país

Conferência de imprensa de Eanes

Visita a Angola possível ainda este ano

«O mais relevante resultado desta visita foi o de permitir demonstrar ao mundo que a guerra que opôs os nossos dois povos no passado foi apenas um acidente, um momento da história, fruto da degenerescência de um regime que não conseguiu destruir a amizade que nos une, cimentada por mais de quatro séculos de convivência» — afirmou o presidente Eanes, ao ser instado pelos jornalistas presentes na conferência de imprensa que concedeu na sexta-feira a pronunciar-se sobre o resultado, da sua longa visita ao nosso país e das conversações que manteve com o nosso Presidente, camarada Luiz Cabral, que também assistiu ao encontro com jornalistas.

O pensamento e a obra de Amílcar Cabral — de quem Luiz Cabral é digno continuador, como repetidamente sublinhou o visitante — foi muitas vezes evocado pelo nosso hóspede, que o citou como o maior obreiro da nova era de relações entre os dois povos.

Inquirido sobre a evolução das relações entre Portugal e os outros novos países africanos de expressão portuguesa, Eanes salientaria a importância fundamental do papel desempenhado por Luiz Cabral na reaproximação e na dissipação dos mal-entendidos que têm empenhado um esforço mútuo de normalização. Depois de referir que as relações com Moçambique conhecem ainda impedimentos graves, mostrou-se otimista quanto aos contactos havidos com Angola, admitindo mesmo a possibilidade de uma visita sua a Angola ou do presidente Neto a Portugal, «hipoteticamente, ainda este ano».

Para explicar as causas das dificuldades sentidas até agora, Ramalho Eanes disse que não as considerava verdadeiramente profundas, já que Portugal «reconhece Estados e não regimes», pelo que, após o reconhecimento da independência de Angola e Moçambique, a antiga potência colonial não mais pretendia influenciar a política que os respectivos governos soberanamente decidiram aplicar. De resto, concluiu, a aproximação que se pretende interessa ao progresso dos povos dos três países.

Sobre a questão de Timor Leste, ocupado militarmente pela Indonésia, e em relação à qual Portugal tem recebido duras críticas pela sua passividade, Eanes reafirmou que seu país reconhece o direito do povo maubere «a auto-determinar-se em plena liberdade», mas não se vê como Portugal — disse — disponha de meios para intervir mais acti-

vamente no conflito, tendo que limitar-se a actuar, pelos meios ao seu alcance, nos organismos internacionais, especialmente a ONU».

Referindo-se à luta de libertação dos povos da Namíbia e do Zimbábue afirmou que o seu país não tem quaisquer dúvidas sobre o direito à independência desses dois países.

Instado também sobre o papel que Portugal eventualmente pode vir a desempenhar na aproximação entre a Guiné-Bissau os países da Comunidade Económica Europeia — questão motivada pelo teor do seu primeiro discurso no nosso país, no qual alguns jornalistas portugueses viram uma tentativa de se apresentar em África como porta-voz da Europa — Eanes retorquiu numa «posição de modestia», reconhecendo que a Guiné-Bissau tem a sua própria diplomacia e excelentes relações com muitos dos países da CEE, enquanto que Portugal não se encontra, sequer, na situação de «interlocutor privilegiado». Mas não desprezou a oportunidade de afirmar que o seu país está disposto a dar todo o seu apoio no estabelecimento de novos contactos não só com os países europeus, como também, e particularmente, com a América Latina, onde Portugal dispõe de uma posição mais consolidada.

Duas escalas na viagem presidencial

Internato Saco Vaz, em Pelundo, foi visitado pelo chefe de Estado português, quando na quarta-feira passada se deslocou a Cantchungo e Cacheu. Os professores, alunos e empregados acolheram Eanes e esposa, que eram acompanhados pelos camaradas Nino Vieira e Ana Maria Cabral, e ainda outros altos dirigentes do nosso Partido e Estado.

Resultado da transferência de alunos do internato Saco Vaz, onde são ministradas aulas da 1.ª a 4.ª classe (praticamente 150), grande parte dos quais são órfãos de mães, tem presentemente 138 alunos (que deverão atingir combatentes que deram a vida na luta armada de libertação nacional, e que durante a guerra estavam integrados no antigo semi-internato de Campada (zona libertada do Norte).

De acordo com o director, do internato o antigo preso político no Tarrafal, camarada Bernardo Mango, a mudança de Bachile para Pelundo deve-se ao facto de o primeiro não oferecer condições de abastecimento de água aos jovens internados, frequentemente obrigados a percorrer longas distâncias para a obter visto que o furo artesiano feito nessas antigas instalações militares de Bachile estar sempre a captar água salubre.

Em Pelundo, as instalações do antigo quartel militar colonial estão, de certa forma, em condições aproveitáveis, com dois poços de água embora algumas casas estejam a estragar-se, o que tem dificultado o bom alojamento dos alunos. Prevê-se, para breve, a recuperação dessas e a construção de novas instalações.

No internato, a vida dos alunos e professores tem a sua organização própria. São os comités formados entre as turmas, dirigidos por um comissário político e seu respectivo adjunto, que controlam — para além das aulas em dois períodos do dia —

as actividades políticas, produtivas e culturais do internato. Os funcionários que nele trabalham dispõem também de um comité de trabalhadores.

UMA PRODUÇÃO DE AUTO-SUFICIÊNCIA PARA OS INTERNATOS DO PAÍS

A comitiva presidencial em visita ao local, foi recebida à entrada pelos professores e alunos formados em duas alas, ao mesmo tempo que outras crianças, vestidas de trajes tradicionais, dançavam e cantavam.

Na horta para onde os visitantes logo se dirigiram, havia plantações de couves, alface, repolho, tomate, pimento, milho, melância, pepino e beringela, cuja produção se destina ao consumo local e, em caso de necessidade, a outros internatos congéneres.

Ramalho Eanes passou igualmente junto da pequena fábrica de sabão ali instalada e que fornece esse produto a todos os internatos e semi-internatos do país. É o Instituto de Amizade que fornece a matéria prima para a fábrica: soda cáustica, óleo de palma e

«bagouço» de mancarra. A fábrica tem capacidade para 1.500 blocos diários de 44 centímetros cada, quando está na sua laboração máxima.

Trata-se de uma adaptação de dois caldeirões de 900 litros aos métodos usualmente empregues pelas populações do Ghana, país onde estiveram alguns elementos do nosso país para a especialização na fabricação de sabão. Segundo o camarada Alfredo, um desses elementos, e que agora se encarrega da produção em Pelundo, o estágio efectuado no Ghana permitiu-lhes aprender técnicas modernas em máquinas bem equipadas, mas como esse equipamento torna-se presente muito caro a produção, tiveram que adaptar os conhecimentos adquiridos ao processo de fabricação artesanal.

NO CENTRO RURAL DE BACHILE

A meio do caminho que vai de Cantchungo a Cacheu encontra-se o Centro de Extensão Rural de Bachile, que forma extensionistas rurais que depois vão junto às populações para lhes transmitir tudo o que aprenderam no domínio de agricultura, saúde, e da dieta alimentar.

O primeiro curso com duração de 6 meses, formado por 10 extensionistas que presentemente trabalham em 20 bancas piloto das 36 que foram escolhidas.

Sobre o funcionamento do Centro, o responsável, camarada António Aimé, disse-nos: «Actua-

(Continua na pág. 2)

A República Árabe Saharaui Democrática é uma realidade indestrutível no noroeste de África

— declarou o Representante da Frente Polisário na Guiné-Bissau

Há três anos, em Bir-Lahlou, no dia 27 de Fevereiro, o Conselho Nacional Saharaui proclamou ao mundo, pela voz do seu presidente, M'Hammed Ould Ziou, a independência da República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

Mais do que o preenchimento de um «vazio jurídico» deixado pela retirada total e definitiva do colonialista espanhol, a proclamação da RASD foi — segundo as palavras do Representante da Frente Polisário em Bissau, que deu uma entrevista ao NÔ PINTCHA — a concretização orgânica da vontade e das legítimas aspirações do valente povo saharauí.

P. — O povo saharauí comemora o terceiro aniversário da proclamação da RASD. Queríamos que o camarada evocasse a importância desta data no quadro da corajosa luta que o vosso povo trava há seis anos para a recuperação dos seus direitos.

R. — Primeiro queria agradecer o governo e o povo da Guiné-Bissau e a sua vanguarda o PAIGC, pela posição que tomaram desde o primeiro momento ao lado do nosso povo, posição concretizada pelo reconhecimento da RASD, num dos momentos mais difíceis da nossa luta. Agradeço também a sua posição a nível internacional, de defesa do nosso direito à independência e à soberania.

Comemoramos o terceiro aniversário da RASD numa conjuntura político-militar favorável à luta do nosso povo, pelo que este acontecimento reveste-se de grande importância. Quer dizer que a RASD, como a maior vitória política da Frente Polisário, concretiza organicamente e de uma forma eterna a vontade e as legítimas aspirações do nosso valente povo, assim como as resoluções internacionais a favor da independência e soberania do povo saharauí.

Esta importância justifica-se também pelo modo como o nosso Estado vem-se consolidando na região, como uma realidade indestrutível, no momento em que travamos uma ofensiva militar de grande envergadura, denominada «Houari Boumediene», caracterizada pela intensificação das operações militares contra as localidades mais sensíveis do inimigo.

Cito-vos a operação de Tan-Tan e de Lemsali, que foram as mais importantes. Também no plano político o nosso povo obteve uma grande vitória no seio da ONU, com a consagração da Frente Polisário pela comunidade internacional. É de destacar também a queda de Ould Dadah, imposta pela nossa luta, e a histórica decisão da Polisário de declarar o cessar-fogo unilateral na Mauritânia. Este acontecimento é também uma aplicação das resoluções do quarto congresso da Polisário, que definiu as grandes linhas da política do nosso governo e a nossa posição em relação à perspectiva de paz na região.

Neste contexto de importantes acontecimentos, o nosso povo celebra nas zonas ocupadas, no campo de batalha, nas zonas libertadas e nos acampamentos de refugiados o terceiro aniversário da RASD. Mas comemora também o terceiro aniversário das derrotas infligidas aos agressores assim como o terceiro aniversário do direito internacional à legalidade reconhecido ao nosso povo, principalmente pelos países que reconheceram a RASD.

P. — De 1978 a 1979 o Exército de Libertação Popular

Saharauí obteve grandes vitórias militares, tanto no Sahara ocupado como no interior do Marrocos, particularmente a tomada de Tan-Tan. Como explica essa força da revolução saharauí e quais as suas consequências para a solução do conflito?

R. — Creio que o ano de 1978 foi decisivo para modificar a correlação de forças a nível do conjunto dos inimigos do povo saharauí. 1979 começa como uma continuação mais profunda e mais aguda do conflito. Esta mudança, que se traduz pelas grandes batalhas que a revolução tem travado, reside na dialéctica de contradições entre a revolução do povo saharauí que luta pelos seus legítimos direitos à independência, à liberdade e à soberania e a agressão expansionista marroquina, que lhe nega estes direitos, e faz de uma questão de colonização um problema de anexação.

Esta força de que dispõe actualmente o povo saharauí é justificada pela legitimidade da causa pela qual luta e pelos princípios sublimes que defende. De uma força pequena e desarmada, tornou-se um exército ainda de libertação, organizado, disciplinado, capaz de impôr uma solução militar para fazer respeitar os direitos do povo saharauí à soberania e à independência nacional.

A luta armada foi o factor fundamental nesta mudança de correlação de forças, aquela que influi na solução do problema. Quer dizer que, se os marroquinos se obstinarem na ocupação da nossa terra, arcarão com a responsabilidade de uma guerra na qual não temos nada a perder, pelo contrário, tudo a ganhar, enquanto eles não ganham nada e perdem tudo.

P. — Podia-nos falar da luta do povo saharauí no plano diplomático?

R. — Primeiro, queria assinalar que a nossa luta no plano diplomático é um reflexo da luta militar que travamos no campo de batalha. Quer dizer, se no campo de batalha derrotamos o ocupante das nossas terras que nega a nossa existência, no plano diplomático fazemos frente ao bloqueio informativo imposto à nossa luta, e fazemos face às conspirações diplomáticas que pretendem camuflar a nossa existência a nível internacional.

Graças à tenacidade e à clareza dos nossos objectivos, rompemos o bloqueio informativo e desbaratamos as conspirações imperialo-reaccionárias, e impusemos também a nossa existência como Estado com seus direitos e como povo que luta pelo seu direito de viver livre, independente e soberano.

Os diferentes reconhecimento da RASD e da Frente Polisário como único representante legítimo do povo saharauí, as condenações das agressões marroquinas, e o isolamento em que vive o re-

gime de Rabat, são consequências desta luta diplomática que travamos.

Portanto, o terceiro aniversário que agora comemoramos é como o ponto de convergência de todas estas vitórias diplomáticas. É evidente que os êxitos que conseguimos no plano internacional provocam também grandes conspirações contra o nosso povo. Mas todas essas conspirações foram desmascaradas uma a uma, para dar lugar à realidade, à justiça e à legalidade da RASD como elemento de equilíbrio e de estabilidade na região noroeste de África e atlântico-mediterrânica, como única solução viável e realista.

P. — O derrube do regime de Ould Dadah na Mau-

ritânia e o cessar-fogo provisório unilateral, proclamado pela Polisário, criaram condições para a dinâmica de paz que se instaurou-se no noroeste de África. Não estará actualmente essa dinâmica num impasse?

R. — Primeiro, queria sublinhar que não desencadeamos a nossa luta armada para derrubar um determinado regime, mas sim para recuperarmos a nossa terra, independência e liberdade.

Portanto, enquanto estes objectivos não foram alcançados, não se pode falar de dinâmica de paz na região. Apesar disso, a Frente Polisário, que não luta por lutar, tomou a decisão de cessar-fogo provisoriamente na

Mauritânia, como prova de boa vontade, de responsabilidade histórica para com o povo mauritaniano e para com a consciência universal.

A decisão da Frente Polisário criou de facto condições favoráveis ao fim da guerra injusta imposta, tanto ao nosso povo como ao povo da Mauritânia. Esperamos que estas condições, sejam compreendidas e aproveitadas pelas novas autoridades de Nouakchott, principalmente em benefício do povo mauritaniano, cujos interesses estão em directa contradição com os interesses do regime feudal e expansionista do Marrocos.

Deste modo, tentar buscar uma solução para o conflito

numa óptica marroquina é manter a agressão ao povo saharauí e a ocupação da sua terra, apesar das declarações pacíficas, porque não pode haver duas posições simultâneas. Ou se está ao lado da agressão marroquina, com todas as suas implicações, ou se condena esta agressão.

P. — Houve um encontro entre uma delegação da Polisário e o ayatola Komeiny em Paris. O que nos pode dizer sobre isso?

R. — No quadro da nossa campanha diplomática, avistámos-nos com o ayatola Komeiny, como um encontro natural, lógico, entre os representantes de dois povos que lutam pela sua liberdade e dignidade.

Boavista ganhou aos Balantas (7-2) mas Jimmy Hagan estava nervoso e inquieto

O Boavista Clube de Portugal ganhou, no sábado passado, em Bissau, o seu segundo e último jogo amigável, realizado no quadro da visita ao nosso país do Presidente da República Portuguesa, General António Ramalho Eanes. O volumoso resultado de 7-2 sobre o seu adversário, «Os Balantas» de Mansoa, actual «leader» do nosso campeonato nacional, traduziu, uma vez, mais, a supremacia da equipa portuguesa, em relação ao nosso futebol.

Por outro lado, para qualquer testemunha ocular aos dois jogos, o Boavista foi deveras surpreendido pelos Balantas, facto esse que o resultado desproporcional já encobre. É verdade que, nos diversos aspectos, técnico, tático, físico e futebolístico, os

rapazes de Hagan superaram a turma de Júlio, mas os Balantas ofereceram-lhes uma réplica na justa medida o que aumentou a confiança dos que acreditavam neles.

O futebol praticado pela equipa do Norte guineense contra o seu homólogo do Norte português, veio a contradizer muitas opiniões depreciativas quanto às possibilidades do futebol guineense, pelo que se viu no jogo entre a equipa visitante e a nossa «selecção nacional» a qual sofreu cinco golos sem resposta. A descontração de Jimmy Hagan foi alterada quando as duas equipas saíram ao intervalo com uma igualdade a duas bolas. Em várias fases do jogo, a defensiva axadrezada teve que fazer jogadas de recurso, ante as

advertências de Hagan no seu português inglesado sobretudo do lado esquerdo, onde Austerino teve que obstruir e agarrar, por diversas vezes, o atacante mais veloz do futebol guineense Jaime.

O nosso futebol fracassou mais uma vez em matéria de concretização, e a defensiva dos Balantas «meteu água» devido a sua imobilidade. Contudo, o resultado teria sido mais equilibrado se a equipa da casa tivesse explorado melhor a velocidade de Jaime se também se o seu guarda-redes tivesse o mínimo de inspiração. Aliás, alguns golos surpreenderam mesmo os seus marcadores boavisteiros que os comemoraram com grande entusiasmo.

Os dois golos dos Balantas foram obtidos na primeira

parte. Primeiro marcou Toy, em conclusão de uma obra de Jaime o «furação do Norte» que, na sua velocidade habitual, escapou a guarda da defensiva contrária e, já na linha final, serviu ao Toy e, golo. É o mesmo Jaime, outra vez no mesmo ritmo, que penetra no mesmo corredor, agora para marcar ele próprio o segundo e último golo da sua equipa.

A equipa visitante também obteve dois golos na primeira parte. Primeiro marcou o médio Albertino, na transformação de uma grande penalidade, quando um defensor de Mansoa meteu mão à bola. Em seguida foi a vez de Júlio desviar o esférico para o fundo das malhas, quando o defensor Bodjan tentava fazer um passe ao seu guarda-redes. Os restantes golos foram obtidos na segunda parte, respectivamente, por Eliseu, Salvador, Barbosa Jorge Gomes e Amândio.

O juiz da partida, J. Gomes, auxiliado por Romão Morgado e José de Pina, teve uma actuação de bom nível que lhe coloca no ponto mais alto, nas suas actuações na presente temporada. Ele foi justo ao fazer cumprir as regras, mas chegou a ficar um pouco perturbado com as exaltações de alguns jogadores do Boavista.

BALANTAS — Mussá; Coró, Bodjan (cap), Jaime Delgado e Álvaro; Sulai, Toni, Filipe; Baldé, Toy e Jaime Graça. Suplentes utilizados: Luís, Marculino, Baimazinho e Fernandinho.

BOAVISTA — Serafim Barbosa, Amândio, Artur cap.º e Austerino; Albertino Moinhos, e Eliseu; Júlio Jorge Gomes e Nogueira. Suplente utilizados: Salvador Queiróz, Mário João e Ismael



Anúncios

Pela Repartição de Finanças da Região de Bissau, ficam avisadas todas as entidades empregadoras, quer sejam de profissões liberais ou técnicas ou ainda de actividades comerciais e industriais, incluindo-se nestas, os proprietários de Barbearias, Botequins ou Bares, Cafés,

Cervejarias, Casas de Pasto, Pensões, Restaurantes, Empreitadas de Construção Civil e Oficinas de Alfatararias, de reparações ou de quaisquer outras indústrias, de que devem dar cumprimento imediato ao estabelecido no Decreto n.º 11-E/78, de 30 de Abril, publicado no «Boletim Oficial»

n.º 18, de 6 de Maio de 1978, quanto à entrega pelas mesmas entidades, até 15 de cada mês, do produto das Contribuições e Impostos descontados aos Empregados desde Julho do ano findo.

Esta mesma Repartição de Finanças avisa ainda às referidas entidades empregadoras

de que, após a expiração do prazo, serão as mesmas notificadas através do Departamento de Estado competente, para pagamento das mesmas cominadas na Lei e que incorrerem os contraventes, independentemente das Contribuições e Impostos que se mostrarem em dívida.

Etiópia reconhece a RASD

ADDIS ABEBA — A Etiópia reconheceu oficialmente no sábado passado a República Árabe Saharaoui Democrática (R.A.S.D.) e prometeu o seu apoio na sua luta pela libertação.

O ministério dos Negócios Estrangeiros etíope publicou nesta ocasião um comunicado indicando que esta decisão está de acordo com a política da Etiópia, que reconhece a independência e a autodeterminação dos povos, assim como a sua oposição ao imperialismo sob todas as suas formas.

Uma delegação saharauí, dirigida pelo secretário-geral adjunto da Frente Polisário, Bachir Mustafa Sayed, era esperada anteontem de manhã em Teerão, onde deve ser recebida pelo ayatola Komeiny. — (FP)

Irão

Referendo em Março

TEERÃO — A vida normaliza-se progressivamente no Irão, onde as fábricas, aeroportos e escolas recomparam a funcionar. Um porta-voz governamental declarou que um referendo terá lugar em 21 de Março, para definir o futuro regime iraniano. A rádio nacional precisou que esta data coincide com as festas do novo ano iraniano.

A produção petrolífera recomeçou parcialmente. Três unidades de produção já funcionam esperando o reinício das exportações, que, segundo um responsável da Sociedade Nacional do Petróleo, terão lugar dentro de uma semana.

A principal preocupação do regime, parece ser a situação no Kurdistan, que também é controlado pelas forças do ayatola Komeiny. Mas, a imprensa iraniana informou que os kurdos iranianos exploram a situação excepcional que o país atravessa, pedindo uma auto-

Libertação total e unidade africana é a prioridade da OUA

— declarou Edem Kodjo

NAIROBI — A libertação total da África e a unidade africana constituem a prioridade das actividades da Organização da Unidade Africana, sublinhou no sábado em Nairobi, Edem Kodjo, secretário-geral da OUA, no 32.º Conselho de ministros da organização inaugurada na véspera pelo chefe de Estado do Quênia, o presidente Daniel Arap Moi.

A espera da discussão pelo conselho, do relatório do Comité de Libertação, Kodjo fez o ponto dos esforços da OUA neste domínio bem como no da resolução de conflitos inter-africanos.

No Zimbabué, disse Kodjo, «a pressão dos combatentes da liberdade no seio da Frente Patriótica reforça a nossa esperança (...) e as criminosas agressões lançadas contra os Estados membros da «linha da frente», longe de reduzir as bases dos nossos combatentes e o apoio dos Estados membros da OUA, reafirmam a nossa determinação».

Na Namíbia, «devemos evitar que a África do Sul tente perpetuar, legalizar e legitimar no plano internacional, uma solução interna que não resultou na Rodésia».

Para esta mesma África do

Sul «prevemos um reforço da luta. As reuniões de entendimento organizadas recentemente em Dar-es-Salam entre o ANC (Congresso Nacional Africano) e o PAC (Congresso Pan-Africano) para uma coordenação dos seus esforços, permitem-nos esperar que estas duas organizações saberão, na unidade, realizar um combate único para recuperar os seus direitos inalienáveis».

Sobre o Sahara Ocidental, Edem Kodjo esclareceu que a O.U.A. encetou uma acção concreta para reunir o comité «Ad-Hoc» sobre este problema. Por outro lado, no que se refere ao Uganda e à Tanzânia, a O.U.A. enviou várias missões e reuniu na quarta e quinta-feira, em Nairobi, o seu comité de mediação. Os observadores salientaram na altura, que na ausência de qualquer comunicado oficial no final da reunião, nenhuma solução foi encontrada pelo comité de mediação no conflito entre os dois países).

«A O.U.A. não conseguiu uma reconciliação entre a

Etiópia e o Sudão. Mas pelo menos conseguiu, recentemente, em Freetown, abrir o «dossier» ao nível mais alto», disse o secretário-geral da organização.

Outra questão levantada foi a dos refugiados africanos. As estatísticas demonstram que em cerca de oito milhões e meio de refugiados no Mundo, quatro milhões são africanos. A O.U.A. prevê, conjuntamente com outras organizações internacionais, uma próxima conferência a este respeito. — (FP)

Situação difícil no Uganda

NAIROBI 26 — Novos esforços foram feitos anteontem para tentar resolver o conflito entre o Uganda e a Tanzânia, numa altura em que a situação se degrada rapidamente, tanto no plano militar como no plano interno para o regime de Kampala, cujas autoridades vêm-se aflitas para controlar as actividades da oposição e os motins no exército.

Duas missões do comité de mediação da OUA — que se reuniu em Nairobi à margem do conselho de ministros da organização — foram no domingo para Kampala e Dar-Es-Salam.

Segundo a rádio ugandesa, captada em Nairobi, o chefe

de Estado ugandês declarou aos membros da missão que o seu país «queria a paz». Soube-se, por outro lado, que o presidente Julius Nyerere expôs, ao receber a outra missão, as quatro condições que a Tanzânia põe para a normalização da situação, nomeadamente a cessação definitiva de toda a ameaça ugandesa contra o seu país e o pagamento de indemnizações.

No plano militar, e segundo a rádio ugandesa, as forças tanzanianas ocupam Masaka, a 121 quilómetros de Kampala. A cidade encontrase vazia dos seus habitantes que fugiram para o norte. Um deles declarou que «Masaka

é uma cidade morta. Não há polícia nem exército na cidade. O mercado, as lojas, os bancos e os escritórios estão fechados».

Fontes da capital ugandesa informaram que uma das razões do pânico que se apôs a população de Masaka foi também as explosões, atribuídas a elementos ugandeses opostos ao regime de Idi Amin.

Todavia, soldados que dizem pertencer ao «regimento suicida de reconhecimento», afirmaram em apelos telefónicos para Nairobi, ter tomado o controle de Masaka, capital da província do Buganda, depois de se terem amotinado. (FP)

Egipto-Israel

Acordo iminente

WASHINGTON — A fase ministerial da etapa actual das conversações tripartidas sobre o Próximo-Oriente está encerrada, enquanto que a próxima, a nível de presidentes foi proposta para este fim-de-semana.

O presidente Carter declarou que convidara o Primeiro-Ministro israelita Begin a deslocar-se a Camp David na segunda metade desta semana a fim de continuar as suas conversações. O presidente Sadate não estará presente, mas será representado pelo Primeiro-Ministro Khalil.

Nenhuma declaração oficial foi feita sobre o final da conferência ministerial de Vance, Khalil e Dayan, que começou na quarta-feira passada. O presidente Carter, da mesma forma que os outros participantes a estas conversações, nada disseram sobre possíveis resultados, mas foram unânimes em afirmar que estas conversações tinham tido lugar

num clima amigável e que tinham sido concretas.

O facto de Carter ter-se avistado com todos os participantes e que tenha convidado Begin a Camp David, testemunha que as conversações não conseguiram resultados concretos.

Tal é a opinião de Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da OLP, para quem as actuais reuniões de Camp David não passam de «um segundo acto de uma peça de teatro». Arafat, que falava no domingo por ocasião do segundo aniversário da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) de Nayef Hawatmeh, considerou que as partes presentes em Camp David «assinaram desta vez», mas que a assinatura de um tal tratado não enfraqueceria nem a revolução palestina, nem a frente oriental (com Israel). Arafat aproveitou a ocasião para sublinhar que o Irão «não é neutro», visto que

faz parte integrante da frente oriental.

A eminência da assinatura de um tratado de paz egípcio-israelita, terá sido também a razão principal do adiamento da visita a Washington, do príncipe herdeiro Fahd da Arábia Saudita, que se recusa a visitar a capital americana antes ou no momento da assinatura daquele acordo, a fim de evitar paralelos entre o tratado egípcio-israelita e a posição da Arábia Saudita, que continua a mostrar-se reservada sobre aquele assunto.

NABATIEH BOMBARDEADA

A cidade de Nabatieh, quartel general das forças palestino progressistas no Líbano sul, sofria desde o meio da manhã de ontem, violentos bombardeamentos de artilharia israelita e conservadora-cristã libanesa, noticiamos os correspondentes destacados na região. — (Tanjug, FP)

PRESIDENTE SEKOU TOURÉ NA COSTA DO MARFIM

YAMOUSSOUKRO, 26 —

«A total disponibilidade» da Guiné para cooperar de maneira fecunda com a Costa do Marfim, e a sua firme vontade de agir de mãos dadas com este país na via da construção de África, foram reafirmadas ontem pelo presidente Sekou Touré à sua chegada a Yamoussoukro, no centro da Costa do Marfim, para uma visita de 48 horas. O chefe de Estado guineense é acompanhado por uma delegação de 180 pessoas. (FP)

PROGRAMA DA ICA

DAKAR, 24 — A terceira conferência dos ministros africanos da Cultura realizar-se-á em Bangui (Império Centro-Africano) de 24 a 26 de Maio próximo e será seguida pela oitava sessão do Conselho Executivo do Instituto Cultural Africano (ICA), anunciou um comunicado deste instituto cuja sede se encontra em Dakar. — (FP)

RELAÇÕES LÍBIA-ETIÓPIA

ADDIS-ABEBA, 26 — O ministro dos Negócios Estrangeiros líbio, Ali Abdessalam Triki, encontra-se na capital etíope para entregar uma mensagem especial do coronel Moamar El-Khadafi ao tenente-coronel Mengistu Haile Mariam. É a segunda mensagem do presidente Khadafi ao chefe de Estado etíope neste mês. — (Tanjug)

LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ÍNDIA-SRI LANKA

COLOMBO, 24 — O serviço de bens comerciais entre a Índia e o Sri-Lanka recomeçará este ano. Os caminhos de ferro que transportavam estes bens funcionavam com lucro até a cessação das suas actividades em 1964. O ministério srilanquês dos Transportes iniciou negociações a fim de recomeçar a ligação entre os dois países.

GREVE DE FUNCIONÁRIOS NA GRÃ-BRETANHA

LONDRES, 26 — Os funcionários britânicos iniciaram anteontem uma greve ilimitada para apoiar as suas reivindicações salariais. Segundo os dois sindicatos que lançaram a palavra de ordem, os grevistas que em obter do governo um aumento dos seus salários de 36 por cento. (FP)

BARRAGEM MARÍTIMA

HANOÍ, 26 — Uma barragem de 60 metros foi construída em Quang Ngai, capital da província de Nghia Binh, situada na costa central. Esta barragem é destinada a proteger esta zona do mar. As suas dez comportas impedirão a água do mar de inundar 400 hectares de campos de arroz e porão simultaneamente de reserva uma quantidade de água fresca suficiente para transformar 1500 hectares em campos que darão duas ou três colheitas anuais.

Agostinho Neto e Pinto da Costa discutem a cooperação bilateral

LUANDA 25 — Os chefes de Estado de Angola e de São Tomé e Príncipe, tiveram conversações sobre a cooperação bilateral, por ocasião da visita oficial de Manuel Pinto da Costa a Luanda.

Pinto da Costa declarou que este encontro,

realizado em Funtugo de Belas, residência do presidente angolano, teve por objectivo criar bases necessárias para acelerar a cooperação entre Angola e São Tomé.

«A concretização das nossas boas relações pode-se manifestar pela sua

consolidação no domínio económico, cultural e técnico», acrescentou o presidente santomense.

A delegação de São Tomé compreende o ministro de Informação e Cultura, Alda do Espírito Santo, o secretário de Estado da Indústria do Co-

mércio e das Pescas, e vários técnicos do ministério das Finanças e da Agricultura.

As autoridades racistas da Rodésia reconheceram que a sua aviação bombardeou ontem uma parte do território angolano.

No sábado passado, um porta-voz do governo zambiano revelou que um ataque aéreo lançado pela aviação rodésiana, contra um campo de refugiados do Zimbabué e contra uma quinta situada na Zâmbia, causou 17 mortos e 114 feridos. — (FP)

Guerra fratricida entre os dois Yémens

ADEN — Uma brusca e violenta guerra eclodiu entre a República Democrática do Yemén e a República Árabe do Yemén, guerra provocada, na opinião de muitos observadores, por acções externas. No entanto, várias iniciativas árabes foram já encetadas para pôr fim a esta guerra.

Tudo começou quando a rádio Aden (Yemén do Sul) anunciou, no sábado de manhã, que as forças armadas do regime de Sanaa (Yemén do norte) tinham atacado, na noite anterior, o território do Yemén do sul. As forças deste país ripostaram ocupando, após violentos combates, as cidades de Kataba, de Murais e, parcialmente, de Beida, tendo já abatido um avião militar norte-yemenita. Estas informações dadas pela agência noticiosa iraquiana (INA) falam ainda da continuação dos combates.

A INA, que cita «fontes informadas» a partir de Aden, diz, por outro lado, que o governo norte-yemenita realizou várias detenções entre os militares do «Partido Democrático», conhecido pelas suas simpatias para com o Yemén do sul.

A deterioração da situação na fronteira entre os dois Yémens, intervém no momento em que se inicia uma reaproximação entre os governos de Aden e da Arábia Saudita, país tradicionalmente ligado ao Yemén do norte, notam os observadores em Beirute. Pa-

ra estes, não há dúvidas de que o reino saudita, que desde a cimeira de Bagdad retomou os contactos com o Yemén do sul, exercerá todo o seu peso para restabelecer a calma numa região que parece cada vez mais como o ponto fraco da península arábica.

Isto confirma-se, pois, segundo se soube em Aden, o príncipe Fahd da Arábia Saudita enviou, no domingo, uma mensagem urgente a Abdel Fatah Ismail, presidente do Conselho Popular Supremo. O conteúdo da mensagem não foi divulgado, mas crê-se saber, de boa fonte, que ela aborda a questão das hostilidades actuais entre os dois Yémens, bem como a próxima visita que Fatah Ismail deve efectuar à Arábia Saudita.

Por outro lado, o presidente argelino Chadli Bendjedid apelou aos dirigentes do norte e do sul Yemén para «cessarem os combates e pôr termo ao recurso à violência» e a encetar, logo que possível, um diálogo objectivo e construtivo para resolver os problemas em suspenso entre Aden e Sanaa.

Em mensagens enviadas ao tenente-coronel Ali Abdallah Salah, presidente do Yemén do Norte e a Abdel Fatah Ismail, secretário-geral do Partido Socialista do Yemén, do sul, o chefe de Estado argelino afirma que «qualquer

que sejam as circunstâncias e as causas que tenham originado esta dolorosa prova», está convencido de que «a conflagração, registada de maneira súbita, é provocada por mãos ocultas, que tentam semear a discórdia entre irmãos e a dúvida entre os países da região, tudo isso em proveito do imperialismo, e do colonialismo. «A Argélia, declara o presidente Chadli, por princípio, não apoia de forma nenhuma o agressor e está sempre ao lado do agredido».

«Da mesma forma, escreve ainda Chadli Bendjedid, que nos alegramos com a retirada das forças iranianas de Oman, da mesma forma nos preocupamos com os recontros armados entre irmãos no momento em que, mais do que nunca, devemos fechar a porta àqueles que pretendem jogar o papel de polícia do imperialismo na região».

Devido à falta de informações sobre a evolução dos combates na zona fronteira, é para as múltiplas iniciativas diplomáticas realizadas pelos dirigentes dos dois Yémens que as atenções se voltam. As duas partes começaram, de facto, uma campanha de explicações junto às diversas partes interessadas.

Abdallah Asnaje, ministro norte-yemenita dos Negócios Estrangeiros, decidiu, assim, pedir a convocação de uma reunião extraordinária do Con-

selho da Liga Árabe. Um memorando, neste sentido, foi entregue, no domingo à organização pan-árabe por Moustapha Yacoub, representante permanente da R. A. Y. na liga. O governo de Sanaa pediu, igualmente a intervenção de Mahmoud Riad, secretário-geral da Liga. A Liga Árabe segundo a agência noticiosa iraquiana, sem reunir o Conselho, aceitou enviar imediatamente uma comissão de inquérito para o local.

Já no sábado, o ministério dos Negócios Estrangeiros do Yemén do sul convocara os embaixadores árabes acreditados em Aden para lhes expor a recente evolução da situação.

Por outro lado, os incidentes entre os dois Yémens foram objecto, no domingo, de comentários na imprensa árabe de Jerusalém-Este.

O «Al Shaab» escreveu: «quando os dirigentes de Sanaa atacaram a República Democrática do Yemén, anunciaram, em princípio, aparecimento de uma nova liga imperialista na região».

O «Al Kubs» acrescenta: «o que complica a situação, é que a batalha que explodiu entre os dois povos do Yemén estender-se-á à Arábia Saudita e aos outros países do golfo. A doença psicológica provocada pela revolução do Irão alargar-se-á aos países árabes» (FP)

Jornalistas portugueses gratos a Luiz Cabral

Momentos antes de partirem de regresso a Lisboa, os cerca de quarenta jornalistas e técnicos de som e imagem que acompanharam a visita presidencial durante estes cinco dias, decidiram endereçar ao Presidente Luiz Cabral a seguinte mensagem:

«Jornalistas portugueses que participaram na viagem do Presidente Eanes, agradecem o acolhimento fraternal que lhes foi dispensado por acção directa de Vossa Excelência. Melhores saudações — Jornalistas enviados especiais».

Namíbia

Kurt Waldheim propõe cessar fogo

NAÇÕES - UNIDAS —

O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, propôs ontem que o cessar-fogo vigore na Namíbia a 15 de Março e que os primeiros elementos do grupo de assistência militar e civil da ONU, entre em funções na mesma data.

Waldheim faz esta proposta num relatório



ao Conselho de Segurança, onde anuncia a sua intenção de pedir uma garantia por escrito ao governo da África do Sul e à SWAPO até 5 de Março o mais tardar de que «aceitaram as modalidades do cessar-fogo e tomaram as medidas necessárias para pôr fim a todos os actos de guerra e a todas as operações militares. — (F.P.)».

China e Vietnam

(Continuação da 1.ª página)

chea e pede a retirada das tropas estrangeiras de toda a região, e a outra que responsabiliza as tropas chinesas que invadiram o Vietnam pela crise, e pede a retirada imediata de Pequim.

Enquanto nenhuma resolução é adoptada, aventa-se a possibilidade de uma missão do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, às duas capitais em conflito. — (Tanjug/FP).

Crónica de Luanda

O povo está determinado a construir o socialismo

O povo angolano está empenhado numa das mais difíceis fases da sua luta, que é a de reconstrução nacional. O país que foi devastado por duas guerras estúpidas, a República Popular de Angola, conserva vivas as suas fontes culturais e históricas, algo bem do seu povo, que a violência colonialista e imperialista não conseguiu abafar durante o período negro da ocupação estrangeira.

Hoje, Angola parte de uma situação difícil em relação às condições materiais em que deixaram os colonialistas portugueses quando, já derrotados política e militarmente numa guerra odiosa e cruel, tiveram que abandonar definitivamente o solo angolano, após o 25 de Abril.

Em Luanda, vê-se o gingar das pessoas andando pelas ruas, seu sorriso aberto à vida e determinadas a desmentir aqueles que dizem que no nosso continente não é possível aplicar o socialismo científico.

Alcançar os níveis de produção de 1973, é a meta que a RPA se propõe atingir até ao final de 1980, segundo determinou o I Congresso do MPLA-Partido do Trabalho. Neste momento, muitas unidades industriais que paralisaram durante a segunda guerra de libertação, recomeçaram a funcionar, e algumas dessas unidades já atingiram a produção de 1973.

Os índices de produção de 1973, são considerados históricos, e o povo angolano em geral, e os operários e camponeses em particular, estão empenhados em alcançar esse nível. Apesar de ter herdado, após a independência, em 11 de Novembro de 1975, uma situação caótica, com a safada em massa do país de to-

dos os quadros técnicos portugueses que ali se encontravam durante a colonização. O ano de 1979 é o de formação de quadros, e a maior preocupação dos dirigentes da RPA é que os trabalhadores devem aperfeiçoar-se profissionalmente para assim corresponderem a essa palavra de ordem.

A Tudor — Fábrica de Baterias e Pilhas Secas — recomeçou já as suas actividades, e possui capacidade para ultrapassar os seus anteriores índices de produção nos próximos anos, prevendo-se uma maior produtividade em relação aos anos anteriores.

Após uma pequena paragem por avaria, a fábrica de cimento ex-Secal retomou os seus trabalhos. Durante o mês de Janeiro último, o complexo industrial FTU-Sociedade Ultramarina de Tabacos, Lda, igualou os níveis de produção atingidos em 1973. A linha de montagem de autocarros Scania, Volvo, Ikarus e Utik, os trabalhadores têm um vasto plano de acção, que prevê a montagem de 1500 autocarros de 1980 a 1990.

O Governo da RPA, dá prioridade nesta fase de Reconstrução Nacional à Agricultura, pois é a base do desenvolvimento económico-social, enquanto que a indústria é o factor decisivo. Para além disso, estabeleceu também

prioridades quanto aos recursos a incrementar, estando em primeiro plano, o petróleo, as pescas, as construções e as indústrias dependentes, sendo a indústria mineira o sector



de arranque a médio prazo.

O ano de 1978, foi considerado o ano da Agricultura, mas esse ano foi de reveses, pois as chuvas chegaram tar-

de e os camponeses estão a regressar pouco a pouco aos seus lugares de origem, o que não permitiu atingir os resultados esperados. O arranque que estava previsto foi grande-

mente afectado pela seca.

Essa seca afectou sobretudo o café que era durante o período colonial uma das maiores fontes de divisas.

Angola já foi o quarto produtor mundial de café.

O Governo angolano, por outro lado, está a proceder ao recenseamento dos desempregados para depois os fazer seguir para o campo, para se ocuparem na agricultura. Foi criada uma empresa para dar o apoio técnico no sector agrícola.

A principal fonte de divisas, hoje, na República Popular de Angola é a indústria petrolífera, e as pescas é a actividade considerada como o factor de arranque pelo Governo, estando projectada a construção de uma escola de pesca em Luanda..

A indústria de extracção de diamantes é igualmente importante fonte de rendimento, tendo o Governo da RPA adoptado medidas rigorosas para evitar o tráfico ilegal de diamantes que está a ser feito para o exterior.

Duas escalas na viagem presidencial

(Continuação das Centrais)

mente, temos 20 alunos, com a maior percentagem de raparigas, e, o centro funciona em regime de internato. Os outros, que se formaram no primeiro curso, trabalham em Cacheu e Cantchungo, mas ainda residem cá; pensamos, num futuro próximo, alojá-los nos sítios em que trabalham».

O projecto foi financiado pelo Governo holandês e conta também com a assis-

tência da Direcção-Geral da Extensão Rural de Portugal.

Mais adiante, o camarada Aimé dir-nos-ia o seguinte: «Tencionamos cobrir todas as regiões com extensionistas, o que ainda não se verificou por dificuldades várias; optámos caminhar com passos seguros, formando primeiro extensionistas para esta região, para depois, logo que possamos, cobrir todo o País».

O projecto conta com um Director e três técnicos na-

cionais, e três holandeses e promove reuniões e debates sobre problemas locais, e organiza e conduz campos de experimentação e a demonstração de novas técnicas.

Na sala de reunião do Centro, pudemos ver vários cartazes com palavras de ordem, entre as quais o próprio lema do Centro, que é: «Nós pretendemos trabalhar, transformando as fatalidades do meio rural em problemas sentidos», e outros: «Um homem isolado pode ser Deus

ou animal, mas nunca um homem».

Os extensionistas já formados receberam os respectivos diplomas de fim de curso das mãos do general Ramalho Eanes, na altura da sua visita.

O presidente português, no final da sua curta permanência nesta escola piloto, ofereceu ao centro 3 caixas de livros de literatura portuguesa e de matérias históricas e culturais.